

O USO DE FONTES NA EDUCAÇÃO HISTÓRICA: trabalhando com fontes legislativas no Ensino Médio.

SANTOS, Jean C.¹
SOARES, Valter Guimarães²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de intervenção no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto de História, vinculado a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). O conteúdo selecionado foi Ditadura Civil-Militar no Brasil, a partir do qual foi recortado tema Censura nos governos militares. A intervenção didática foi realizada numa turma de 3º ano do Ensino Médio do Colégio Estadual José Ferreira Pinto, Feira de Santana, Bahia. Objetivamos problematizar o uso de fontes no ensino de história e sua exploração metodológica em sala de aula. Para tanto foram selecionadas fontes oficiais do Estado, em específico a Lei N° 5.250 de 1967, que trata sobre a prática da censura no período da Ditadura civil-militar no Brasil, e o Projeto de Lei N°2630/2020, que pretendeu regulamentar a liberdade de expressão, responsabilidade e transparência na Internet. Para a fundamentação da proposta de intervenção mobilizamos categorias e conceitos da Educação Histórica, com destaque para o conceito epistemológico *Evidência Histórica*. Apesar de algumas dificuldades, após alguns ajustes metodológicos foi possível verificar um genuíno interesse e a participação de parte significativa dos estudantes, que acessaram pela primeira vez a íntegra de uma Lei, e através do exercício de evidencição da fonte discutiram ativamente o que foi proposto. Os resultados apontam que a utilização de fontes em sala de aula pode viabilizar a criação de espaços de ensino-aprendizagem propícios para o desenvolvimento do pensamento histórico.

PALAVRAS-CHAVE: Documentos jurídicos; Ensino de História; Educação; Fontes

1 INTRODUÇÃO

Como ensinar história? Eis a questão que orienta e demanda respostas de muitos pesquisadores e professores/as da área nos últimos anos. Não obstante, alguns autores situados no campo do Ensino de História, a exemplo, Luiz Fernando Cerri, Jorn Rüsen e Maria Auxiliadora Schmidt, têm explorado não somente como se ensina, mas sobretudo como se aprende e qual o sentido da história escolar.

Uma das interpretações sobre o que é aprender e ensinar História parte de Gusmão & Sukow (2020, p.168), segundo os quais “o aprendizado histórico (...) pode ser definido como um processo de interpretação de experiências, orientadas no tempo, que resulta na produção de narrativas”. Flávia Caimi, por seu turno, ao problematizar os saberes necessários para a docência em História, por ela denominados “saberes a ensinar” (Historiografia, teoria, epistemologia), “saberes para ensinar” (teorias

¹ Graduando em Licenciatura em História, bolsista pela CAPES no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), jean.claudio019@gmail.com

² Graduado em História pela Universidade Federal da Bahia, mestre em Literatura e Diversidade cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana, onde atua como professor de Prática de Ensino de História. Colaborador no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto História. vgsoares@uefs.br

pedagógicas, didáticas, teorias do currículo) e “saberes do aprender” (cognição e cultura histórica, culturais juvenis), não dicotomiza ensino e aprendizagem. Ao contrário, os considera duas faces da mesma moeda, na medida em que somente existe ensino se houver aprendizagem. A autora articula esta compreensão em uma frase síntese: “Para ensinar história a João, é preciso entender de ensinar, de história e de João” (CAIMI, 2015, p.111). A expressão é de imensa função orientadora quando se trata de pensar a prática docente, na medida em que ela estabelece os três pilares fundamentais para o/a professor/a de história: o domínio das práticas e métodos adequados aos diversos sujeitos e contextos da sala de aula; a propriedade sobre os conteúdos, ou conceitos substantivos, isto é, se apropriar dos assuntos necessários e produzir conhecimento a partir de pesquisas; o conhecer da realidade social dos estudantes, as dificuldades, inseguranças, relação com a escola e o saber, projetos de futuro, entre outros aspectos.

Os modos de ensino são pautados pelos ideais pessoais e perspectivas teóricas de cada docente. A busca pelo caminho mais eficaz tem sido ao longo dos anos empregada por professores e pesquisadores. De maneira que a chamada “educação bancária”, nomeada e criticada por Freire, tem sido cada vez mais questionada no meio acadêmico, e junto a ela uma das suas manifestações mais marcantes, a aula expositiva, portanto a centralidade no professor, no polo do ensino.

Deste modo, coloca-se como desafio encontrar métodos que dinamizem o ensino de história na sala de aula, deslocando o foco do ensino para a aprendizagem, e para isso o estudante deve assumir o protagonismo. De acordo com Caimi, o professor tem de proporcionar às discentes condições de entender como o conhecimento é produzido, assim como a função do historiador nesse processo. Sendo assim, a partir dos trabalhos com fontes primárias e secundárias, os estudantes saltam do papel de espectadores do passado, para participação ativa na construção do pensamento e na cognição histórica. (CAIMI, 2014 p.91-2)

O trabalho com fontes em sala de aula possibilita aos estudantes o acesso aos testemunhos produzidos no passado. Tal labor exige rigor, visto que por muito tempo a leitura positivista de documentos determinava-os como provas irrefutáveis do real. Não concordamos com esta perspectiva. Advogamos que ao operacionalizar documentos, na pesquisa e no ensino, deve haver a mobilização do conceito de evidência histórica. De acordo com Simão (2011, p. 145), “a evidência é, assim, o

fundamento da inferência, que está na base da construção do conhecimento histórico”. Desse modo, combate-se o positivismo ao destacar que o documento não expressa verdade em si, mas um acesso aos materiais do passado.

O uso de documentos no ensino de História não é recente. Ao menos desde o século XIX registra-se tal prática. Naquele momento, a interpretação positivista da fonte reinava, o documento escrito era considerado prova irrefutável da realidade passada. Nessa circunstância, o estudante era mero receptor do conhecimento, sem qualquer papel ativo. Na via oposta, Schmidt e Cainelli demarcam pelo menos duas grandes mudanças nas concepções de uso de documentos no ensino: 1) a chegada dos princípios e métodos da pedagogia da nova escola, que centralizam o estudante no processo de ensino-aprendizagem, mas ainda não desloca o papel da fonte como verdade una; 2) a renovação historiográfica do séc. XX que mudou a concepção de que o documento histórico é material inerte, assim como a relação deste com o historiador. Conforme as autoras, a nova concepção de documento histórico e seu uso em sala como fundamento do método de ensino, permite o diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido da análise histórica. (Schmidt & Cainelli 2004 pp.115-6)

Nesse sentido, ao considerar a diversidade de fontes históricas, optamos pelas fontes legislativas para desenvolver um projeto de intervenção. A escolha de tal modelo se deu em consideração a duas questões: os estudantes até então não tinham tido contato com esse tipo de documentação; assim como tais documentos podem, por exemplo, apresentar aos discentes o Estado enquanto agente histórico.

A partir disso vislumbramos a questão: como operacionalizar didaticamente documentos jurídicos no ensino de história? A problemática orientou a construção de todo projeto, assim como a necessidade de fomentar o interesse e a curiosidade epistemológica nos estudantes. Com ambas questões em alvo, selecionamos a Lei N° 5.250 de 1967 e o Projeto de Lei N°2630/2020. A primeira versa sobre a prática da censura no período da Ditadura civil-militar no Brasil; e a segunda pretende regulamentar a liberdade de expressão, responsabilidade e transparência na Internet.

Destacamos a PL2630/2020 por sua atualidade, em consideração das recentes polemias midiáticas ao redor de sua instituição suscitando o debate sobre censura nas mídias digitais. Com isso, pareceu-nos socialmente relevante tomá-la como um caminho a desbravar em sala de aula. Já a Lei N°5.250 de 1967, é indispensável para

compreender a prática da censura estatal sobre os meios de comunicação e sociedade em geral, instrumento cotidianamente utilizado durante o período da ditadura civil-militar de 1964 a 1985.

Em consideração ao que foi exposto, este trabalho tem como objetivo apresentar um relato da experiência de utilização das fontes legislativas, com o intuito de apresentá-las como alternativa viável ao ensino.

2 METODOLOGIA

O que é censura? Nos apropriamos de tal questão para suscitar um debate a partir de dois documentos, a PL2630/2020 e a Lei N°5.250 de 1967. Trabalhamos os dois escritos, com a intenção de proporcionar aos discentes um esforço de aprendizagem a partir do trabalho de evidenciação histórica, desenvolvendo uma perspectiva crítica sobre o passado e uma atitude problematizadora em relação ao presente.

Trabalhamos com os conceitos substantivos de *Censura* e *Ditadura Militar*, articulados com os conceitos epistemológicos evidência histórica e interpretação histórica. Para Igreja (2021, p.120) a censura é ferramenta utilizada no Brasil pelo menos desde a queda do Império. Reproduzida amiúde na primeira República (1889-1930) e Estado Novo (1937-1945), foi instrumento fulcral de controle no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Baseado na análise de Carlos Fico, Renan Quinalha (2019, p.1731) defende que a censura durante o período ditatorial era tanto moral, quanto político-ideológica. Nos pautamos em tais interpretações na construção do projeto.

A seleção de fontes ocorreu a partir de pesquisa histórica e bibliográfica, investigando acervos, como o site do Senado Federal, onde estão arquivadas as leis federais; livros historiográficos sobre ditadura e censura; a sessão “Memórias reveladas” disponibilizado pelo Estado, via do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), com documentos oficiais da ditadura; o fundo do Arquivo Nacional/Correio da Manhã; os vídeos foram selecionados na plataforma *Youtube*. Ao final, identificamos e montamos um acervo com 24 documentos de natureza distinta.

Definimos as fontes legislativas como documentos escritos, relativos a leis que foram propostas ou implementadas. Estas apresentam possibilidades para o ensino a

partir de duas possibilidades: 1) Leis e projetos disponíveis no órgão do Senado comprovam que em determinado tempo, alguns regimes e legislações eram vigentes no país, ou seja, é possível discorrer sobre a organização de uma sociedade a partir das leis; 2) As interpretações divergem ou convergem com os testemunhos históricos, isto é, a partir de tais documentos é possível fazer um debate sobre a interpretação atual de tais artigos, e de como poderiam funcionar num outro contexto.

Quadro 01. Documentação selecionada

Categorias do documento	Documento	Tipologia	Condição
Documento imagético	Apreensão de livros realizada pelo governo militar na Universidade de Brasília; Exibição de material considerado subversivo pelo governo ditatorial.	Fotografia	Fonte primária
Documento audiovisual	Gilberto Gil sobre censura na nova república; Clodovil sobre censura e ditadura; Chico Anysio sobre censura.	Fontes orais	Fonte primária
Documentos oficiais	Lei Nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967; Projeto de Lei Nº 2630, DE 2020; Decreto-Lei Nº 8.462, de 26 de dezembro de 1945; Decreto-Lei Nº 314, de 13 de março de 1967; Artigo 5º do AI 5; Artigo 5º da constituição;	Documentos jurídicos	Fonte primária
Documentos oficiais	Ofícios de censuras: Charges censuradas: “Saiu o novo salário-mínimo”; “13 de maio”; “Só dói quando eu desenho”; Cordel: Se Deus fosse Brasileiro de Francisco Pedrosa; Músicas: Cama de gato Gonzaguinha; Diante da Morte Gonzaguinha; Meu sapato, Paulinho da Viola; Peça teatro: Roda Viva, de Chico Buarque; “Eles não usam Black-tie”, de Gianfrancesco Guarnieri”	Sentenças	Fonte primária
Documentos historiográficos	Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Carlos Fico e Jacob Gorender; "Prezada Censura": cartas ao regime militar. Carlos Fico; A ameaça da mulher escritora: a censura aos livros feministas de Rose Marie Muraro durante a ditadura civil-militar Brasileira (1964-1985). Suelen Putzel da Silva; "Censura nos meios de comunicação..." Daniel Aarão e Denise Rollemberg.	Produção historiográfica.	Fonte secundária

Fonte: Santos, Jean C.

De acordo com João Bertolini, Thiago Miranda e Fabio Santos (2020, p.79) “somente quando os alunos começam a utilizar fontes para encontrar evidência de algo específico eles começam, realmente a valorizar as fontes e a tarefa de analisá-las se torna um objetivo importante a ser alcançado”. Desse modo, o trabalho documental em sala de aula ganha sentido para o estudante, na medida em que se torna cotidiano no processo de ensino aprendizagem.

Na trilha aberta por Schmidt e Cainelli, ao utilizarmos as fontes em sala de aula procedemos da seguinte maneira: 1) identificação do documento; 2) explicação do documento; 3) comentário do documento. No primeiro passo se dá o primeiro olhar crítico sob o documento, com intenção de identificar sua tipologia, o que está dito e o não dito, a natureza, a datação e o autor. Em seguida, a explicação consiste em contextualizar o documento no tempo e no espaço assim como criticá-lo. Por fim, no comentário, ao se apropriar dos passos anteriores o estudante desenvolverá uma narrativa com introdução, desenvolvimento e conclusão. (Schmidt e Cainelli, 2004)

Para desenvolver a intervenção escolhemos montar uma sequência didática. Sua estruturação se deu da seguinte forma: diagnosticamos quais os mitos da ditadura permanecem no imaginário dos discentes. A partir deste levantamento de carências de orientação temporal identificamos na turma a necessidade de ampliar o repertório histórico sobre a ditadura, sobretudo em relação à censura.

Ao tomar conhecimento das carências dos estudantes reconhecemos as dificuldades do percurso metodológico em sala. Razão pela qual planejamos trabalho com fontes para mobilizar o conceito de evidência, visando o desenvolvimento do pensamento histórico. Bertolini, Miranda e Santos identificam dois dilemas desta estratégia de ensino-aprendizagem: muita informação contextual anterior à fonte, o que limita as possibilidades de expressão, ao mesmo tempo que pouca informação, não da base sustentável para a análise das fontes, o que gera respostas limitadas. (BERTOLINO; MIRANDA; SANTOS. 2020. p.82). Isso considerado, construímos um plano para duas aulas de 50min. Com o tema “Censura, hoje e ontem” e um problema: *o que é censura?*, propomos a comparação do Projeto de Lei das *Fake News* com a Lei de Censura de 1967. O primeiro enfrenta oposição das *Big-tech's* como por exemplo, “*Google e Telegram*”, por chocar com seus interesses político-econômicos. Estas empresas defendem que tal PL implementaria censura nos meus digitais.

Ambos os documentos foram encontrados no site oficial do Governo Federal, mas não foram trabalhados na íntegra, selecionamos os principais artigos das leis e construímos um texto de 4 páginas. Para mobilização das fontes, foi realizada pesquisa bibliográfica no Google Acadêmico por textos que relataram o uso de fontes no ensino de história. Na mesma plataforma foi realizada a busca por artigos sobre censura e ditadura militar.

Na aula, após a discussão do formulário sobre os mitos da ditadura foi distribuído o resumo das duas fontes digitalizadas. Como alguns não tinham móvel disponível, entregamos versões impressas. A leitura foi realizada ainda em sala de forma individual. Acompanhamos a leitura dos estudantes, orientando a mesma a partir de questionamentos acerca da compreensão deles sobre as fontes.

Na sequência, disponibilizamos na televisão da sala as seguintes questões para serem respondidas no caderno:

Quadro 02. Atividade com fontes

Questão 1	Questão 2
Quanto a PL 2630:	Quanto à lei 5.250 de 1967 responda:
Qual o principal objetivo da PL?	Do que se trata o texto?
As informações contidas no texto são confiáveis? Justifique.	Nos dias de hoje, haveria espaço para tal lei? Justifique sua resposta.
A aplicação dessa lei em território nacional afetará o uso da internet a todos? Diga se as inferências serão positivas ou negativas na sua navegação e porquê.	Após a leitura, se posicione a partir da afirmação: a lei 5.250 de 1967 serviu para regular a ordem e os bons costumes no fim da década de 60 até meados da década de 80.
Como você descreveria a proposta desse texto? Explique o porquê, utilizando passagens do texto.	<i>Sinalize as semelhanças ou diferenças entre os dois textos de lei.</i>

Fonte: Jean C Santos

As atividades foram recolhidas ao fim da aula. Todos presentes finalizaram-na. Apesar de alguns déficits de leitura, a experiência do trabalho de análise documental pelos estudantes se mostrou viável e promissor. Mesmo com limitações, o trabalho resultou: na centralização da aula no discente; nas experiências pessoais sendo atribuídas no exercício de interpretação histórica; no interesse e curiosidade destes para com o documento que trabalhavam.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A utilização das fontes se deu a partir do recorte temático *A censura na ditadura civil-militar no Brasil*. Vale ressaltar que o conteúdo já vinha sendo ministrado em sala pelo professor regente da disciplina há pelo menos três semanas, de forma que a intervenção fechou o itinerário. A intervenção ocorreu no final do ano letivo, o que prejudicou um pouco as atividades, pois muitos estudantes já não frequentavam ou, aqueles/as já aprovados, demonstravam pouco interesse pelas aulas. Não bastasse isso, como as aulas estavam programadas para os dois primeiros horários, atrasos por parte dos alunos eram comuns. Tudo junto resultou em perda de tempo pedagógico.

De início os estudantes mostraram-se pouco receptivos ao tema, principalmente no debate inicial sobre os mitos expostos no formulário. Todavia, a chave virou quando apresentados os documentos. Informamos que haveria leitura, depois o debate e a realização de uma atividade. À medida que começaram a ler, demonstraram curiosidade, o sono dispersou e diversas mãos se levantaram. Surgiram questões e hipóteses quanto as fontes; assim como dificuldades na leitura. Ante isso, nos dispusemos a acompanhar a leitura de carteira em carteira, escutando as dúvidas e mediando o exercício da cognição.

Na nossa compreensão, o trabalho de exploração metodológica das fontes legislativas contribuiu para que os estudantes compreendessem o funcionamento das leis, como também o que era censura e suas circunstâncias históricas. Considerando o envolvimento da turma, foi possível verificar que a partir da prática com análise de fontes os estudantes conseguiram estabelecer interpretações próprias assim como produzir questões relacionando passado-presente.

Entretanto, não podemos desconsiderar as dificuldades enfrentadas durante a realização da atividade. Desse modo podemos afirmar que a experiência de intervenção foi afetada por dois fatores: 1) a dificuldade de leitura dos estudantes, referente a pouca prática, o que infere na interpretação textual; 2) o hábito dos estudantes com aulas expositivas, portanto pouca experiência na formulação e expressão de pensamento próprio. 3) a timidez em se expressarem, recorrendo amiúde à copia de passagens dos documentos, demonstrando pouca autonomia.

O método que optamos encarou dificuldades, considerando a limitação dos discentes, docentes e da escola. Apesar disso podemos destacar fatores que apresentem tal prática como útil à sala de aula: a conexão e comparação entre passado e presente realizada pelos estudantes; análise de fontes como ferramenta que desperta curiosidade e as vezes prazer nos estudantes; a descentralização do professor enquanto figura principal na aula, na medida em que a aprendizagem direciona para o aluno o trabalho construtor do pensamento histórico.

Reconhecemos que a proposta de trabalhar com fontes requer frequente exercício, estabelecidos num projeto maior. De maneira que a Educação Histórica requer trabalho contínuo e cuidadoso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar um relato de experiência relativo ao uso de fontes legislativas numa intervenção didática com a turma do 3º ano do Ensino Médio do colégio Estadual José Ferreira Pinto, Feira de Santana, Bahia.

Diante do que foi apresentado, mesmo com as dificuldades acima expostas, destacamos a importância do uso de fontes primárias e secundárias no ensino de história. Após um primeiro momento de resistência, foi nítido o esforço dedicado pelos estudantes para lidar com os documentos que tinham em mãos. O uso das fontes escritas, como no caso em questão auxiliam inclusive numa proposta de leitura necessária para os estudantes. Se existe dificuldade neste âmbito, se revolve produzindo.

Em suma, o processo foi de grande valia, com alguns estudantes acessando pela primeira vez a íntegra de uma Lei, assim como debatendo sobre o que é e como funcionava a censura. Entretanto, houve falhas no planejamento da aula, tal qual na execução, o que atrapalhou o andamento da mesma, principalmente no que diz respeito à primeira parte da intervenção, anterior à leitura. Questões estas que podem ser resolvidas com tempo e experiências, e podem ser abordadas em projetos futuros.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC); agradeço ao orientador deste, professor Valter Guimarães Soares e ao camarada Rafael Lins que revisou e comentou o texto.

REFERÊNCIAS

BERTOLINI, João da Silva. MIRANDA, Thiago de Carvalho. SANTOS, Fábio Aparecido dos. Evidência. In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. (Orgs.). **Competências do pensamento histórico**. Curitiba: W.A. Editores, 2020, p. 75-98

CAIMI, Flávia Eloisa. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar?. **Anos 90**, v. 15, n. 28, p. 129-150, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7963>

_____. O que precisa saber um professor de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 105-124, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2015v21n2p105>

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**: implicações didáticas de uma discussão contemporânea. Editora FGV, 2010.

DA IGREJA, Paula Ribeiro. Censura, uma biografia: a proibição de livros no Brasil. **Ensaio Geral**, n. 1, p. 119-143, 2021. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-0594-054X>

GERMINARI, Geysa Dongley. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **Revista HISTEDBR on-line**, v. 11, n. 42, p. 54-70, 2011.

OLIVEIRA, Sandra Regina Ferreira de; CAIMI, Flávia Eloisa. A História ensinada na escola: é possível pensar/agir a partir do todo?. **Interações**. Campo Grande, v. 15, p. 89-99, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100009>

PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Anos 90**: revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. Vol. 15, n. 28 (dez. 2008), p. 113-118, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.7961>

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Revista direito e praxis**, v. 11, p. 1727-1755, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/44141>

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Tradução: Peter H. Rautmann, Caio da C. Pereira, Daniel Martineschen, Sibebe Paulino. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004. 159 p.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; SOBANSKI, Adriane de Quadros. **Competências do Pensamento Histórico**. Curitiba; W.A. Editores, 2020. 217 p.

SIMÃO, Ana Catarina Gomes L. L. A importância da evidência histórica na construção do conhecimento histórico. In: CAINELLI, Marlene Rosa; SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. dos Santos. **A educação histórica: teoria e pesquisa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.